Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO • ANO XXX • Nº 638 • AGOSTO DE 2017 • 2ª QUINZENA • R$ 5,00

VIOLÊNCIA

Cada vez maior

A cada dia o crime aumenta na região metropolitana de Belém, no Pará e no Brasil. A violência não tem limites. Invade as residências, age sem qualquer inibição nas vias públicas, atrai cada vez mais participantes e deixa o cidadão em desespero. Até onde ela chegará?

O balanço de cada semana que se encerra em Belém apresenta um saldo negativo em matéria de segurança pública. A quantidade de homicídios permanece alta, os assassinatos se tornam mais brutais, parece haver mais gente participando do mundo do crime, que se sofistica e fica mais agressivo, e o cidadão passa do estado de insegurança para o de desespero. A sensação de vulnerabilidade vai a todos os lugares públicos e entra nas casas.

A inviolabilidade do lar se restringe cada vez mais à regra da Constituição, à letra – cada vez mais ilegível – da lei. O lar está deixando de existir na periferia de Belém. Com menos intensidade, essa violação acontece em toda cidade e suas extensões metropolitanas. Todos os dias há registros de invasões de residências, seguidas dos piores crimes contra seus indefesos moradores. Na madrugada do dia 11, as vítimas residiam na baixada da Gentil Bittencourt, avenida que em outros trechos é considerada uma via pública nobre.

"Baixada" pode ser a placa de interdição do poder público. O governo costuma estancar ali. Quando o terreno desce no rumo das drenagens,

➔

DESMATAMENTO ETERNO • BELÉM INEFICIENTE

revestidas de concreto ou com as margens naturais de um igarapé, a condição social e humana também desce. Não tão descaradamente como antes, quando boates e instalações assemelhadas demarcavam a passagem do terreno um pouco mais elevado (e valorizado) para as baixadas inundáveis, atraindo mulheres, adultas ou menores, para os *rendez-vous*, na prostituição aberta.

A escassez de espaço para atender a toda demanda especulativa do setor imobiliário fez com que a infraestrutura se estendesse além desses limites para servir aos donos dos novos imóveis, na expansão do caótico crescimento vertical da cidade. O pobre foi ainda mais confinado. Mas a violência, a partir desses guetos, estourou qualquer barragem, seja a espacial como a moral.

Foi o que experimentaram as moradoras de uma humilde casa na baixada da Gentil. Nada menos do que cinco homens arrombaram a residência, levaram os objetos de valor, abusaram e estupraram a filha da dona da casa (e sua mãe), diante do filho dela, de cinco anos, e saíram tranquilamente, como se tivessem feito um programa normal, sancionado, insuscetível de punição.

EXECUÇÃO DOMÉSTICA

Eram cinco horas da manhã. Três homens encapuzados arrombaram a porta da frente e entraram numa casa do conjunto Júlia Sefer, em Ananindeua. Identificaram-se como policiais. Cinco pessoas foram surpreendidas pela invasão. Os invasores pediram a identificação de Jovelino Alves dos Reis Júnior, de 41 anos, e de Claudionor Batista de Lima Júnior, de 19. Feita a identificação, retiraram os demais do quarto, obrigaram os dois a se ajoelharem e os executaram ali mesmo. Fugiram sem ser identificados. A polícia os procura desde então, sem sucesso.

Apesar de os assassinos se terem apresentado à família como policiais, a própria polícia classificou-os como milícia privada, sem ter qualquer informação sobre eles. As testemunhas nem mesmo viram que veículo eles usaram para fugir.

Tudo indica que os três foram contratados para matar padrasto e enteado ao mesmo tempo. Seria fácil cumprir a tarefa com um ou dois tiros. Mas descarregaram as 12 balas dos seus revólveres. Mesmo parecendo ser um serviço profissional, o excesso indicaria qualquer forma de envolvimento ou ânimo emocional, traço incoerente com a natureza do "contrato" de execução por encomenda, a pedido de terceiros.

É um traço do agravamento das mortes por execução na região metropolitana de Belém. Talvez a polícia saiba que há mais milícias privadas (como policiais) agindo na área, por isso logo interpretou esse assassinato. Quanto a cidadãos serem surpreendidos dentro de suas casas, numa hora de sono e descanso, por bandidos que invadem para matar com selvageria as pessoas que estiverem no local, isto já se tornou macabra rotina na violenta capital do violento Pará.

GUERRA NA RUA

Já o dono de alguns açougues na periferia de Belém estava em uma das suas lojas, na noite do dia 17, protegido por três seguranças, quando oito homens encapuzados desceram de dois carros e duas motocicletas e começaram a atirar. Feriram os quatro alvos do ataque. Cada um deles recebeu um tiro, nenhum deles com ferimento mortal. Foram hospitalizados e colocados fora de perigo. Até quando?

Apenas um registro da violência cotidiana, não fossem os detalhes. Um empresário suburbano tendo que contratar três seguranças significa que se sentia muito ameaçado e, tendo condições, recorreu a uma milícia particular paga. Seus inimigos, capazes de se reunir numa expedição de morte com oito integrantes e contar o suporte de quatro veículos, um par de assassinos por cada um deles. Ação em pleno horário comercial, numa rua movimentada do bairro da Cabanagem.

Um estágio mais avançado, organizado e perigoso da criminalidade na capital paraense. O crime se expande, se fortalece e se torna mais intrincado. A polícia vem atrás. Muito atrás.

RECICLAGEM CRIMINOSA

A Superintendência do Sistema Penal do Pará liberou da prisão para a comemoração do dia dos pais, no domingo retrasado, 1.128 detentos. No ano passado (quando a liberdade beneficiou 71 condenados a mais), 5%, 55 não retornaram. Poderão voltar ao mundo do crime, incluindo a possibilidade de matar pessoas. Tiveram uma semana para organizar a fuga. Só depois do dia 17 passaram a ser considerados foragidos e começarão a ser perseguidos para captura.

Parece um exercício anual do gato com o rato, que começa com uma trégua. O rato ignorando quem é o gato e vice-versa.

Todo ano, a Susipe responde aos protestos da população explicando que apenas cumpre ordem. O benefício da saída temporária de detentos é decisão da justiça. É concedido a presos que cumprem pena em regime semiaberto, apresentam bom comportamento e já cumpriram pelo menos um sexto da condenação.

Esse benefício se soma a tantos que a sentença judicial parece existir para não ser cumprida. Depois da impunidade geral e da ineficiência do aparato estatal, a redução da pena, por vários mecanismos, é a causa mais importante para os criminosos se sentirem impunes e serem estimulados a delinquir. Com violência, cinismo e selvageria crescentes.

O Estado tem que respeitar todas as garantias individuais, inclusive dos criminosos. Mas ter o máximo rigor e a mão mais pesada para fazer cumprir a lei contra os que a desrespeitam. Adotando a tolerância zero, com qual o prefeito Rudolph Giuliani reduziu em 67% os homicídios em oito anos, em Nova York. Várias cidades brasileiras já estão com um grau de violência e assassinato pior do que NY antes de Rudy. Belém dentre elas. A região metropolitana da capital também.

Portanto, tolerância zero com os criminosos. As penas terão que ser cumpridas exatamente como foram sentenciadas. O poder público que trate de investir pesado para colocar

os punidos nas cadeias, em condições humanas, mas para pagar na exata medida dos seus crimes, conforme definidos pela justiça. Inclusive o custeio das suas despesas de hospedagem nas penitenciárias, através do trabalho

A JUSTIÇA TOLERANTE

Três anos atrás, Fabiano de Jesus Mattos Raiol e Laurentt Ricardo de Souza Pereira tomaram dinheiro emprestado do comerciante Antônio Júnior da Silva e não pagaram. O agiota começou a cobrar o crédito, que chegou a seis mil reais, mas os dois não tinham condições de quitá-lo. Decidiram matar o comerciante quando ele reteve seus cartões de crédito.

Atraíram-no com a promessa de fazer o pagamento e o atacaram, asfixiando-o até a morte. Depois o levaram no carro até a estrada da Ceasa, entraram na mata e queimaram tudo: o veículo e o comerciante, cujo corpo ficou carbonizado.

No dia 17, Fabiano, que era soldado do Exército, foi condenado pelo tribunal do júri, por maioria de votos, a 15 anos e seis meses de prisão, enquanto Laurentt, que era cabo, recebeu a pena de a 15 anos e 5 meses, ambos agora com 28 anos de idade. É apenas um pouco mais do que a mínima prevista em lei, de 13 anos, para os crimes de homicídio qualificado e ocultação de cadáver (a imputação de furto qualificado foi excluída). O máximo seria de 30 anos. Eles não poderão recorrer da sentença em liberdade. Mas poderão ser soltos cinco anos depois de começarem a cumpri-la.

A sentença previu a prisão "em regime inicialmente fechado". Significa que o bom comportamento e outras atenuantes poderão tirá-los da penitenciária muito mais cedo. Tudo rigorosamente dentro da lei. Ela é condescendente demais, ainda quando se trate de assassinato praticado por motivo torpe e sem chance de defesa, como esse.

Num país do chamado primeiro mundo, como os Estados Unidos, a França, a Inglaterra ou o Japão, crime com essa qualificação impõe o cumprimento da pena máxima em regime fechado até o último minuto previsto.

A juíza Ângela Alves Tuma, da 3ª vara criminal de Belém, que presidiu a sessão do júri, considerou como atenuantes do crime o fato de a vítima ser agiota e os assassinos terem confessado o crime. A cobrança de juros extorsivos em atividade financeira irregular ou ilícita merece condenação moral e alerta pedagógico. Mas não para minimizar a barbaridade do assassinato.

A confissão se tornou irrelevante: a polícia chegou rapidamente aos matadores, graças a denúncia pelo telefone 190 de funcionários da Ceasa, que viram o carro pegando fogo. Um dos criminosos, que se queimou ao tocar fogo no carro e no corpo do comerciante, deixou uma pista poderosa pelos hospitais que percorreu até ser atendido no Hospital Metropolitano, em Ananindeua. As provas foram se juntando e a prisão foi quase imediata.

O processo é que demorou mais. Seu desfecho, por ora, ainda pendente de recursos, é que não contribui para punir com toda severidade necessária crimes dessa brutalidade – que, não por acaso, se multiplicam na grande Belém.

E A POLÍCIA?

Elisângela Bessa Cordeiro, de 41 anos, voltava para casa de carro, com o marido, depois de passar a noite inteira vendendo batata frita numa barraquinha armada em Nilópolis, na baixada fluminense. No caminho, próximo ao viaduto da avenida Brasil, uma das mais movimentadas do Rio de Janeiro, caminho de acesso e saída da cidade, quatro homens armados abordaram o casal.

Elisângela teria tentado reagir e foi morta com um tiro de fuzil na garganta. Tornou-se o 97º policial militar a ser assassinado neste ano na outrora cidade maravilhosa, que por mais tempo foi a capital federal do Brasil. Sem receber o 13º salário, ganhando mal e sem estrutura para trabalhar, ela completava seu salário de sargento da PM com a venda na rua.

A polícia prendeu dois dos quatro bandidos. Ambos são menores. A pena por uso de fuzil no crime de homicídio é agravada em 3 anos. A sentença pela morte, de 15 anos. Por serem menores, os dois integrantes do bando já "apreendidos" cometeram "ato infracional análogo a um crime". Serão submetidos a internação por oito meses. Depois, serão soltos. Se maior houver no atentado, poderá receber os 15 anos, mas só cumprir cinco ou seis. E voltar à plena delinquência.

Revoltado com essa "porcaria de legislação", o secretário de segurança pública do Rio, Roberto Sá, no cargo há menos de um ano, gasto em boa parte a circular por cemitérios, disse que a polícia prende quatro mil pessoas por mês, 24 armas por dia (2 por hora). Foram 300 fuzis até agora, 370 no ano passado todo. São armas para uso - digamos assim - profissional. Para matar, se necessário. Necessidade estabelecida arbitrariamente e sem clemência por quem possui a arma.

A sociedade vai permitir que ele continue com o poder da iniciativa e da punição branda, mesmo quando tira a vida de uma pessoa? Não vai colocar a polícia como prioridade de fato (e não apenas retórica) da reforma do país?

Justiça força Belém a pagar a sua dívida

Décima maior cidade do Brasil, Belém é pobre. A prefeitura espera arrecadar neste ano de impostos 640 milhões de reais. Dá a média de R$ 40 por habitante. Devolverá em investimento, se cumprir o orçamento, R$ 20 per capita. É um terço do que gastará com o pagamento do funcionalismo. O investimento não chegará a 10% do orçamento, se tanto. Sua receita depende muito mais das transferências federais e estaduais do que da arrecadação própria, na proporção de um para três.

Fazer alguma coisa de relevante na capital dos paraenses é muito difícil. Exige dos seus dirigentes elevada capacidade administrativa. Esta, no entanto, é uma das grandes lacunas há muito tempo, numa sucessão de prefeitos medíocres. Belém ficou apenas em 8º lugar entre os municípios paraenses com boa gestão fiscal e na 626ª posição no Brasil, segundo o ranking divulgado na semana passada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. O índice da capital foi de 0,610, bem abaixo do município de Tucumã, que ocupou o topo estadual, com 0,7889 (a 19ª do país).

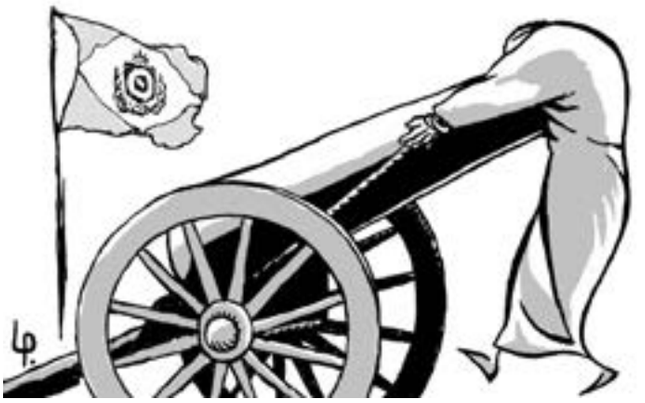
O objetivo do estudo é avaliar como são administrados os impostos pagos pela sociedade às prefeituras, que administram um quarto da carga tributária brasileira, mais de 461 bilhões de reais, total que supera o orçamento do setor público da Argentina e do Uruguai somados.

O índice varia de 0 a 1 ponto. Quanto mais próximo de 1 melhor a situação fiscal do município. Cada um deles é classificado com conceitos A (gestão de excelência, com resultados superiores a 0,8 ponto), B (boa gestão, entre 0,8 e 0,6 ponto), C (gestão em dificuldade, entre 0,6 e 0,4 ponto) ou D (gestão crítica, inferiores a 0,4 ponto).

O estudo mostra que 937 prefeituras desrespeitaram a Lei de Responsabilidade Fiscal, não informando ao tesouro nacional como gastam os recursos públicos. Entre os cinco Estados menos transparentes, três são da região Norte. O Amapá lidera essa estatística: 14 de suas 16 cidades não apresentaram suas contas. Em seguida, o Pará, com quase dois terços das prefeituras sem entrega de dados, e Roraima com quase metade das cidades sem declaração de suas contas.

O efeito dessa má gestão se fez sentir alguns dias depois do anúncio do índice Firjan. O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Ricardo Ferreira Nunes, determinou o sequestro de recursos da prefeitura de Belém por inadimplência no pagamento de precatórios judiciais. A prefeitura da capital não estava fazendo o depósito mensal para o pagamento de precatórios visando a quitação desses débitos acumulados até o final de 2020. A parte agora executada se refere aos meses de janeiro a julho deste ano.

O poder judiciário intervirá na gestão da administração municipal para obter esses recursos, num total de 4,2 milhões de reais, através de um Procedimento Geral de Gestão de Precatórios. O mesmo procedimento foi adotado em relação a Altamira. Capanema e Aurora do Pará.



A adesão do Pará: Uma data fantasiosa

A adesão do Pará à independência do Brasil, em 15 de agosto de 1823, foi uma farsa. Ela se renova a cada ano em que o único feriado estadual é comemorado nessa data, como na semana passada. O ato de adesão foi organizado por uma elite antinacional que, com o passar dos anos, é a origem da elite atual, sem compromisso com a verdade histórica e o que ela impõe de tarefa cívica.

A adesão aconteceu quase um ano depois do famoso ato do imperador Pedro I às margens do riacho Ipiranga, em São Paulo. Só que, bem antes, os verdadeiros nacionalistas tinham tentado acabar com o domínio colonial português e foram violentamente reprimidos pelo poder estabelecido. Os revoltos de Muaná, no Marajó, foram presos, deportados ou mortos.

Quando o almirante inglês Cochrane, "terceirizado" pelo imperador para impor a saída conciliadora da autonomia nacional com dependência metropolitana, mandou de São Luís do Maranhão um navio para dar a notícia da independência e o comandante desse navio, o também mercenário Grenfell, se anunciou como à frente de uma esquadra de guerra, os portugueses e aliados trataram de assinar uma ata de adesão. A cerimônia solene foi realizada no dia 15 de agosto, no palácio do governo, que já foi Lauro Sodré e hoje é museu.

Logo em seguida, descoberto o ardil do sanguinário Grenfell, tudo voltou a ser como dantes, até o dia 7 de janeiro de 1835, 12 anos depois, quando irrompeu a cabanagem. A revolta do povo quebrou todas as estruturas de contenção. Foi sangrenta e terrível. Se acontecesse hoje, teria provocado mais de dois milhões de mortes. Número espantoso que a história nacional reluta em incorporar.

Foi o preço para acabar com um sistema colonial, o português. E abrir as portas para outro sistema colonial, o britânico. Os ingleses é que iniciaram o financiamento à exploração da borracha, estabelecendo seus interesses até descartar os seringais nativos da Amazônia, trocados pelos plantios asiáticos da *hevea brasiliensis*. Como, no mais recente capítulo desse colonialismo, os chineses estão se apossando da principal logística regional, refazendo o caminho de escoamento das riquezas naturais para o além-mar de sempre.

Klester deixa direção: Diário continua igual

O pernambucano Klester Cavalcanti deixou, no dia 17, de ser oficialmente o diretor de redação do *Diário do Pará*, cargo que ocupou por dois anos e três meses. Em seu lugar, assumiu Clayton Matos, funcionário de carreira da casa, onde começou em 2000, como estagiário no caderno de esportes. Sem conseguir fazer o seu sucessor, Klester se despediu anunciando que recebeu proposta irrecusável da mineradora Samarco.

Sua nova missão seria ajudar na reconstrução de Mariana, atingida pelo vazamento de uma barragem de contenção de rejeitos da empresa, que se estendeu pelo vale do rio Doce, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Foi o maior acidente ecológico ocorrido no Brasil.

Sua escolha para o principal cargo na redação do *Diário* integra uma tradição da imprensa local de trazer profissionais de fora para executar mudanças na linha editorial, na aparência ou na retaguarda industrial da empresa. O gasto sempre foi maior do que se a iniciativa fosse executada com a prata da casa. Os resultados raramente justificaram essa importação de mão de obra supostamente mais qualificada.

O caso foi mais desastroso foi o da *Folha do Norte*. Depois da morte de Paulo Maranhão, que conduziu por meio século o jornal com mão de ferro para a posição de um dos mais influentes do Brasil, um dos seus filhos, Clóvis Maranhão, que assumiu o lugar do pai, com a ajuda das irmãs, contratou uma equipe do *Jornal do Brasil* para modernizar o velho matutino. Os assessores ficaram no hotel mais caro da cidade naquela época, o Grande Hotel, e gastaram à larga. O jornal mudou de imagem, mas não conseguiu se livrar da morte anunciada. Teve um final melancólico.

Provavelmente os resultados seriam melhores se as empresas jornalísticas locais oferecessem mais cursos e estágios de qualificação ao seu pessoal, sem precisar importar chefes que nem se integram à cidade, como geralmente acontece (Klester também morou em hotel). Mas isso é raro.

A consequência é que o salvador importado só melhora episodicamente a publicação, uma vez retornando à sua base de origem, ou a torna pior ainda, como fez Klester. Sua maior inovação foi tirar a principal coluna do jornal, o Repórter Diário, da tradicional página 3, que é nobre, por ser a primeira depois da capa, visível ao virar da página, para a página fora da visão imediata, a 2. E por colocar mais sangue nas páginas do caderno de polícia.

Na sucessão macabra de fotos de cadáver, uma das últimas edições do jornal da família Barbalho sob o comando de Klester publicou foto tamanho grande do cadáver de Marly Rodrigues Gomes, assassinada provavelmente pelo marido, Benedito Leão da Costa, em Portel, no Marajó, com um tiro de espingarda no peito.

Na imagem usada pelo jornal do senador Jader Barbalho, o corpo de Marly está desnudo. Uma tarja preta foi colocada sobre os seus seios. Um tecido sobre o seu órgão genital. Sua cabeça foi poupada na edição da fotografia, para não sujeitar o jornal a alguma punição legal (na prática, nada mais do que uma quimera). O resto foi exposto com crueldade e oportunismo para o leitor doente. O jornal, que disputa com seu concorrente, *O Liberal*, o título de mais sensacionalista da imprensa mundial, explorou ao mesmo tempo a violência e o sexo. O que importa é vender.

Foi uma marca de despedida do consagrado jornalista Klester Cavalcanti.

Equatorial melhora a Cemar e a Celpa

As duas empresas da Equatorial Energia na região Norte ficaram entre as melhores empresas de grande porte para se trabalhar no Brasil, conforme a pesquisa da consultoria Great Place To Work, divulgada na semana passada, durante evento em São Paulo. A mais bem colocada foi a Cemar, empresa energia do Maranhão, em 22º lugar em 2017. O ranking classificou as 25 empresas preferidas. A Celpa ficou no rol das melhores empresas listadas, já sem classificação individual.

A Equatorial assumiu o controle da Cemar, que tem 1.184 funcionários, em 2006. Substituiu o grupo Rede na Celpa, com 1.483 funcionários, em 2012, logo em seguida ao início do processo de recuperação judicial da concessionária estadual de energia. No ranking, a Mineração Rio do Norte, que extrai bauxita no Trombetas, no sul do Pará é a única empresa de mineração classificada.

O levantamento é feito pela GPTW a partir de consultas aos departamentos de recursos humanos e aos empregados. O objetivo é verificar o nível de confiança dos funcionários. A pesquisa também considera os comentários dos empregados sobre o ambiente de trabalho. O levantamento é feito em 53 países. No Brasil, desde 1997.

O título surpreendeu os consumidores, acostumados a reclamar – e muito – da Celpa. Se os usuários da concessionária fossem consultados, ela não estaria em tão boa posição. Mas parece que seus empregados têm opinião distinta – e devem ter suas razões para uma mudança favorável em relação à fase da Rede, que foi desastrosa. Se a progressão da Equatorial no Pará for do mesmo padrão do estabelecido no Maranhão, pode-se ter uma esperança de melhoria também nos serviços da empresa.

Ainda será possível parar o desmatamento?

No ano passado, o desmatamento na Amazônia voltou a crescer, violando os compromissos do Brasil ao aderir ao Acordo de Paris, de fazê-lo reduzir. Quase imediatamente, os governos da Noruega e da Alemanha reagiram. Criticaram e pressionaram o Brasil a adotar medidas contra a derrubada da floresta nativa. Sem resposta, a Noruega, principal investidor em ecologia na região, reduziu à metade a sua participação no Fundo Amazônia, que é de quase todo o seu orçamento. O Brasil perdeu 200 milhões de reais com essa decisão.

Em Brasília, São Paulo e outras capitais, houve indignação. Os países estrangeiros não estavam respeitando a autonomia nacional. Certamente posavam de bonzinhos não porque queiram preservar a Amazônia. É porque querem explorá-la. A Noruega, principalmente, em função dos seus interesses e investimentos realizados na área do Pré-Sal, com petróleo, e no controle do ciclo do alumínio no Pará, dentre outros objetivos. A Alemanha, porque vende tecnologia, produtos e serviços nesse setor.

Tudo pode ser até verdade. Algumas críticas procedem, outras são injustas, várias são fantasiosas ou mesmo mentirosas. Ainda que fossem integralmente verdadeiras, o que resultaria delas? Mais desmatamento, indiferentemente a uma razão para prossegui-lo. A suspensão das derrubadas, no utópico desmatamento zero, não é mais apenas por razões ecológicas ou humanitárias. É também por motivos econômicos.

Países que investem em maior conhecimento da natureza usufruem os benefícios de contar com um meio ambiente mais favorável à vida humana num planeta seriamente ferido. Eles também começam a ganhar dinheiro. Já há mercado especializado, que funciona quando alguém prova que a madeira comercializada vai continuar o seu ciclo porque sua origem está sendo mantida. Ou que a redução na emissão de gases de efeito estufa ou outros agressores do clima estão em baixa. Papéis já existem para avalizar esse novo circuito de dinheiro. Na Amazônia, apenas duas empresas preencheram todos os requisitos desse mercado especial, ambas estrangeiras.

O desmatamento cresceu, na contramão do que se exige para uma economia atualizada à consciência da humanidade neste século, porque os desmatadores ainda acham que a agricultura só floresce se não há mais árvores no terreno, que a mata é fonte de problemas ou se movem pelo interesse imediato do lucro maior e mais fácil. Uma utilização racional da floresta custa pelo menos 70% mais caro do que o mero abate e comercialização de árvores em pé ou transformadas apenas em toras. O futuro a Deus pertence, para lembrar a célebre frase de um ministro da Justiça da ditadura, Armando Falcão, cuja biografia tinha a ver com muita coisa, mas não com a justiça.

Como há mais de meio século, quando começou o ciclo da destruição intensiva da floresta amazônica, seu uso inteligente continua a ser mínimo. Calcula-se que a produção de bens de origem florestal por métodos racionais, atestados através de certificação por órgão de credibilidade internacional, talvez nem chegue a 1% do total. Pelo menos 80% das derrubadas são francamente ilegais, proporção que não baixa, apesar de todo avanço na política e na prática ecológica do Brasil.

A mentalidade do pioneiro, aquele que se defronta diretamente com as áreas ainda tidas como selvagens da Amazônia, rapidamente submetidas à "civilização", é quase a mesma dos bandeirantes que desbravaram o interior do Brasil à base de machado e arma de fogo. Não surpreende que a natureza e o habitante nativo sejam suas vítimas. Nem que o brasileiro destrua mais natureza do que qualquer outro povo da Terra e que a violência nas áreas de expansão da economia nacional seja das maiores dentre todos os lugares do planeta, excetuados os países em guerra, aberta ou civil – mas nem todos.

É no ponto de contato desse pioneiro com os remanescentes do ambiente natural e humano que a ação do poder público se faz necessária, tanto na forma educativa e preventiva quanto na repressiva, com base nas leis e nas normas de proteção a interesses mais elevados (e prevalecentes) do que os dos pioneiros, por mais poderosos que sejam.

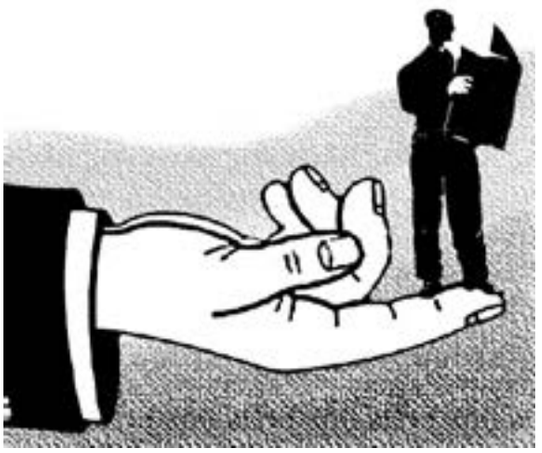
Quase sem colocar dinheiro seu no Fundo Amazônia, de mais de um bilhão de dólares, o governo usa os recursos sem respeitar suas regras. Ao invés de aplica-los exclusivamente em projetos em defesa da natureza (em número insuficiente até para absorver a totalidade da verba), os usa em atividades de custeio, como o pagamento dos fiscais do Ibama. Menos mal, porém: o efetivo baixou de 900 para 600. Já era insatisfatório. Agora se tornou quase simbólico.

Não parece ser um fato isolado ou casual. Faz parte de uma série de eventos que estão fazendo a Amazônia retroceder do caminho a uma aproximação mais harmônica do homem com a natureza, a partir de uma melhor compreensão do que a região é e significa. A investida do comércio exterior brasileiro em commodities é o motor do avanço sobre áreas novas, mesmo com um passivo imenso de áreas já degradadas, que poderiam ser reutilizadas. Mas ainda é mais imediato e lucrativo ir em frente, derrubando mata, do que investir em métodos superiores para retomar áreas abandonadas justamente por esse sistema produtivo de migração.

O componente político desse mecanismo potencializa essa dinâmica perversa. Sob Lula e Dilma, em função da visão desenvolvimentista dos dois presidentes (fascinados pela diretriz do regime militar, de "integrar para não entregar", e do defasado expansionismo do "socialismo real", também antiecológico, dos ideólogos do PT). Sob Temer, pela fragilidade do seu governo, que depende do "centrão" e, dentro dele, da bancada ruralista, representante do agronegócio, para existir e fazer o que quer.

Nem todos os sinais e indicadores no horizonte são negativos. O Ibama, por exemplo, deverá adotar um novo sistema, totalmente eletrônico, para controlar a comercialização de madeira no Brasil. Talvez permita eliminar ou pelo menos reduzir substancialmente o uso de documentação fraudada para esquentar madeira extraída ilegalmente, sobretudo de áreas protegidas, que são o mais alvo atual (de que é o maior exemplo a pressão sobre a reserva de Jamanxim, no oeste do Pará).

O governo federal promete exigir de quem fornece para a administração pública ou executa obras por ela contratadas a comprovação da origem da madeira, que só será aceita se for obtida de forma considerada responsável. Novas promessas, e mesmo conquistas, que provavelmente não terão a extensão e profundidade necessárias para impedir que a derrubada de mata nativa prossiga na Amazônia. Talvez nem mesmo que volte a crescer. A Amazônia continuará a desaparecer a cada novo dia.



Os grandes anunciantes

A Vale tem um novo competidor na disputa pelo título de maior anunciante na grande imprensa paraense: é o Banco da Amazônia. Não com a mesma distorção da estatal, uma mineradora cujo produto é vendido por milhões de toneladas para umas três dezenas de clientes espalhados pelo mundo, que não leem *O Liberal* ou o *Diário do Pará*, mas que anuncia como se fosse uma rede de supermercados.

Como banco também de varejo, embora tendo nos empréstimos em condições especiais, sobretudo através do FNO, sua principal fonte de receita, o Basa passou a anunciar muito nos últimos tempos. Deve ser para melhorar sua imagem e se tornar mais conhecido, atrando mais clientes.

O xis a mais da verba, no entanto, pode ter ainda outro objetivo: fazer amigos e influenciar pessoas. Quando um anunciante se torna tão constante, os donos dos jornais se tornam generosos e cativos. Simplesmente nenhum arranhão é admitido nos interesses do cliente especial. Até mesmo a função jornalística é deixada de lado para que o interesse comercial prevaleça.

Se o que interessa é a fantasia, confetes e serpentinas de um lado para o outro, tudo bem – ou tudo mal. A partir daí a publicação perde o senso crítico e entra num relaxamento absoluto. Ao invés de matérias redacionais, press releases. No lugar do interesse público, o acerto entre as partes. A imprensa deixa de ser o filtro dos acontecimentos e a porta-voz da sociedade.

O Basa melhorou e está sendo maravilhosamente administrado? O noticiário diz que sim. Mas não há qualquer matéria analítica sobre o balanço da instituição. Tudo que sai é o que a assessoria do banco manda para os jornais. E assim será enquanto o fluxo de anúncios se mantiver. Se for interrompido, virá a represália. Quem cria a dependência tem que lidar com ela até o fim.

Mudança no MP do Estado: só a lei ou mais do que ela?

O procurador de justiça Nelson Medrado foi exonerado no dia 18 da função de coordenador do Núcleo de Combate à Improbidade Administrativa e Corrupção do Ministério Público do Estado. A medida, assinada pelo chefe do MP, Gilberto Valente Martins, se baseou no fato de Medrado estar respondendo a um Processo Administrativo Disciplinar.

Resolução de fevereiro deste ano do Conselho Nacional do Ministério Público, para "ser observada com exigibilidade imediata por todos os ramos do Ministério Público brasileiro", criou impedimento para o procurador permanecer na função de confiança ou em comissão estando sujeito a um PAD, juntamente com o promotor de justiça militar, Armando Brasil. O procedimento foi instaurado na gestão anterior do procurador-geral Marcos Antônio das Neves.

A medida teve por origem uma ação civil pública, por improbidade administrativa, proposta contra o governador Simão Jatene, a secretária estadual de Administração, Alice Viana Soares Monteiro, e o filho do governador, Alberto Lima da Silva Jatene, mais conhecido por Beto. Em resposta, o governador do PSDB alegou que a ação foi ajuizada sem a competente delegação de poderes, exigida pela Constituição federal e a Lei Orgânica do Ministério Público, que cabia a Marcos Antônio conceder, o que ele não fez.

Os dois promotores questionaram o fato de Beto Jatene fornecer combustível a parte da frota da Polícia Militar, faturando aproximadamente 5 milhões de reais entre 2012 e 2014, através dos seus postos.

Como os autores não apresentaram a delegação de poderes, a juíza Katia Parente Sena excluiu o governador da ação. Jatene então representou contra Medrado e Brasil ao procurador-geral, que recebeu a representação, mas não se manifestou a respeito. Acabou fornecendo a delegação de poderes dias antes de deixar o cargo, como represália por Jatene não ter nomeado o candidato que apoiava para sucedê-lo. As amistosas e quase cúmplices relações entre os dois se rompeu depois de um encontro tenso e agressivo que tiveram.

Nessa época, Medrado e Brasil já respondiam ao PAD e estava em vigor a resolução do CNMP que impedia Medrado de ocupar "cargos em comissão ou função de confiança e a designação para auxílio e colaboração nos órgãos auxiliares, da administração e da Administração Superior do Ministério Público".

Com a formalização do seu afastamento, a chefia do NCIC passou a ser exercida pelo promotor Alexandre Couto Neto. No mesmo ato, Gilberto Martins nomeou para o núcleo mais um promotor, Domingos Sávio Alves de Campos, e anunciou a nomeação, nos próximos dias, de um terceiro promotor para reforçar a equipe.

A nota oficial divulgada pelo chefe do MPE teve a intenção evidente de negar que a exoneração de Medrado atenda a pedido de Simão Jatene, em retribuição pela sua nomeação pelo governador, mesmo tendo sido o segundo mais votado da lista tríplice. O mais votado foi César Mattar, o candidato do ex-procurador-geral.

A tramitação da ação proposta contra Jatene e outras providências que visam o governador tucanovai ser um medidor do que houve: mero cumprimento da determinação superior, que se impunha, ou também, com base nela, a oportunidade para uma negociação política.

Cultura e politicagem (ou pilantragem?)

Continua a jorrar aos borbotões a cachoeira de emendas de deputados estaduais que destina recursos públicos para artistas individuais e grupos artísticos através da Fundação Cultural do Pará. Provavelmente o total já passa de 400 e o valor ultrapassa 10 milhões de reais. O controle legal sobre essa aplicação de dinheiro do povo é mínima.

A sociedade não sabe quais são os critérios para a inexigibilidade de licitação na contratação desses artistas. Seus méritos não são públicos e notórios, muito pelo contrário. A esmagadora maioria é de ilustres desconhecidos. Mesmo assim, eles ganham cachês de valor muito acima do mercado, inclusive, em muitos casos, do circuito nacional. Não se dispõe de qualquer avaliação sobre seus desempenhos e o significado dos espetáculos dos quais participam, subsidiados pelo poder público.

Nos atos de convalidação dessa prática suspeita, mas impositiva, a fundação estadual nem identifica os autores das emendas parlamentares. Era o mínimo que devia fazer para apontar os responsáveis pelos eventuais desvios de finalidade dessa prática e seus possíveis ilícitos.

Já que nenhum órgão estadual se permite prestar os devidos esclarecimentos, cobrados já há bastante tempo, fica uma sugestão para a Receita Federal: pegar os nomes dos artistas que recebem cachês do governo e verificar se eles declaram os valores recebidos ao imposto de renda.

Talvez essa apuração possa conduzir a um novo escândalo: a cultura como biombo para corrupção política.

A cultura deles

Belém já é tema de histórias e fofocas no meio artístico de São Paulo. Essa conquista se deve ao festival de ópera do Teatro da Paz, que chegou neste ano à sua 16ª edição. Há uma cobiça entre artistas paulistas (e também cariocas) para entrar nessa programação. Ela tem qualidade e se distingue no cenário nacional.

Quem está por trás dela conhece profundamente ópera, é um apaixonado por ela e quer fazer o melhor possível: o advogado Gilberto Chaves. Seu primo, o secretário de Cultura, Paulo Chaves Fernandes, lhe dá todo apoio. Não são comuns no país essas condições. Daí o poder gravitacional dos espetáculos promovidos no Pará. Enriquessem realmente currículo.

Natural que os interessados disputem um lugar no palco de um dos mais belos teatros do país (projetado para ser mesmo uma casa de ópera). E que, por inveja ou qualquer outra aleivosia (como se dizia antanho), surjam histórias sobre favorecimentos de alguns e jogo de interesses de outros. Outro motivo é o valor dos cachês, considerados generosos ou algo mais.

Quem paga a conta está sendo informado sobre o valor exato dessa iniciativa e consultado para dizer se a aprova? Evidentemente que não. Trata-se de um ato de império do titular da secretaria. Cada festival deve sair por alguns milhões de reais, gasto principalmente com artistas importados. Sua presença pode ser fecunda, mas pode ser também tão intensa quanto o efeito de um perfume barato.

Não se sabe. Porque não se trata de uma realização transparente. Pública no financiamento, privada na execução, seleta no benefício. Interessa ao pobre Pará que seja assim?

O marketing político

Os publicitários João Santana e Mônica Moura fizeram a campanha de Lula à presidência da república em 2006 e de Dilma em 2010 e 2014. Ao serem presos pela Operação Lava-Jato, tinham quase 30 milhões de reais depositados em bancos brasileiros. O dinheiro foi bloqueado. O juiz Sérgio Moro mandou transferir R$ 6 milhões para contas judiciais.

O casal pediu a liberação do restante, alegando estar passando por grandes dificuldades. Não só para se manter como para pagar os três advogados que o defendem. O Ministério Público Federal foi contra. Quer esperar para saber o quanto João e Mônica transferiram para o exterior da receita dessa propaganda política.

Os valores dão uma ideia do quanto se gastava em campanha eleitoral no Brasil e do quanto cabia aos marqueteiros políticos. Talvez esta era tenha chegado ao fim. Ou, ao menos, tenha descido alguns degraus na escada do abuso.

Brasil quer democracia. Os políticos não querem

Os gregos antigos inventaram a democracia. Os brasileiros contemporâneos a estão desinventando. É o que significa a reforma política em curso no Congresso Nacional. Foi tão meticulosamente preparada, por uma preocupação casuística, que, a princípio, só tinha semelhança no sistema político do Afeganistão, jamais um modelo democrático. Com as alterações introduzidas para permitir a aprovação do monstrengo pelo parlamento e melhorar a manipulação da opinião pública, o que está sendo gestado nos laboratórios de Brasília passou a ser único no planeta.

O Brasil volta no tempo. Ao deporem o presidente constitucional do país, em 1964, os militares alegaram que ele propiciava a subversão e a corrupção no Brasil. Afastaram-no do poder e adotaram mecanismos de exceção para defender a democracia. Não podiam ir diretamente a uma ditadura, como fariam quatro anos depois, ao patrocinar o AI-5, no final de 1968. Tinham que justificar sua condição de democratas, defensores de uma Constituição que o chefe da nação estaria a violar.

Não era uma democracia, mas tinha que parecer. À medida que os instrumentos de exceção se foram multiplicando, os patronos do regime foram encontrando adjetivos acompanhantes para a incompreensível democracia que estavam gestando: era a democracia à brasileira, social, relativa e por aí afora. Até ela cair numa ditadura sem disfarces, violenta e despudorada.

Os parlamentares que agora fazem o mesmo de outra forma são beneficiários do mais longo período de democracia no Brasil desde a revolução de 1930, que pôs fim à primeira república e colocou os novos turcos tenentistas no centro do poder, no qual envelheceram (e vários envileceram).

Três décadas depois do fim do último período de ditadura, eles estão profundamente desgastados junto à sociedade civil. Abusaram dos abusos. O atestado de falência dessa geração pós-1985 é o caderno de deve e haver de algibeira da JBS com os nomes de 1.800 políticos que a empresa diz que comprou. Recorde mundial de corrupção em qualquer lugar e em todos os tempos.

Essa classe política não pode se apresentar aos brasileiros como integrada por guias e profetas de uma democracia única no mundo, como será se a reforma política que cozinham em fogo alto se firmar.

O que foi o projeto de um modelo de partido único virtual, embora não formal (como na Venezuela de Chávez e Maduro, ainda decantado por certa esquerda, apesar do sofrimento do povo venezuelano), antes só do PT, se tornou bandeira de todos os partidos que gravitam sempre em torno do poder em função do seu heliotropismo. Onde brilha a luz do dinheiro, dos favores, dos benefícios e das vantagens, é lá que se encontram.

O objetivo real está disfarçado por cantilenas sedutoras, mas é claro: uma geração de políticos corruptos, oportunistas, demagogos e incompetentes tem que ser expurgada da vida pública. Com essa justa punição eles não concordam. Seu cinismo não permite. Então eles substituem a vilania de empresas malsãs pelo dinheiro público a jorrar em cascata.

Pregam o fortalecimento dos partidos políticos exatamente quando eles buscam a camuflagem de outros nomes e siglas. Prometem a renovação, mas colocam a seleção de candidatos nas mãos dos velhos morubixabas da política e dos novos gângsteres.

Dizem que tudo isso é um passo para um futuro radiante exatamente quando representa o oposto: não só uma volta, revista e adaptada, à ditadura de 1964, como à república de antes de 1930, dos governadores-coronéis e dos seus sequazes no topo do poder. Com um golpe de mão, marginalizam a manifestação do povo através do voto universal, a marca essencial da democracia, por um mesmo gênero de maneirismo que resultou no senador biônico do prussiano general Ernesto Geisel.

Os brasileiros, indignados e revoltados, querem mesmo é a velha e boa democracia. E ponto final.

Nós, os paraenses

Imagine-se alguém que, em visita pela primeira vez a Belém, vindo de outro país (ou mesmo do sul do Brasil), abre uma página dos cadernos de polícia dos jornais de Belém. Abro agora, ao acaso, uma única página de *O Liberal* de 16 de agosto, que costuma ser menos sanguinário do que o seu concorrente, o *Diário do Pará*.

O noticiário dessa página registra cinco homicídios cometidos no dia anterior, ilustrado com quatro fotos de cadáveres que estão em plena rua, cercados por curiosos ou interessados nos casos.

O que deverá pensar de nós o visitante, se tem o hábito de ler os jornais dos lugares por onde circula?

Respostas à redação.

Um roteiro dos livros amazônicos

Em 1973 voltei a São Paulo para concluir minha graduação em sociologia e política e iniciar minha inconclusa pós-graduação. De lá passei a enviar para Belém – primeiro para A Província do Pará, depois para O Liberal – uma página dominical, que já se chamava Jornal Pessoal. Nesse mesmo ano preparei uma bibliografia sobre a Amazônia. Não era exatamente excesso de pretensão para quem só tinha 24 anos. Era um esforço para partilhar minhas leituras com o público paraense. Com um pé numa redação jornalística e outra na academia, naquele momento fazia leituras intensas. A lista que apresentei traduz mais o nível do meu conhecimento amazônico naquele momento do que uma tradução exata do melhor acervo bibliográfico sobre a região. Ontem, como hoje, espero que as sugestões tenham utilidade.

Embora não pareça, a Amazônia é uma das regiões brasileiras com mais rica e vasta bibliografia. Num inventário que fez em 1963, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação constatou a existência de 7.688 títulos, abrangendo livros e artigos em publicações periódicas especializadas, sobre as Amazônias brasileira, colombiana, venezuelana, peruana, equatoriana e boliviana, com predominância do interesse pela nossa.

É claro que essa bibliografia tem mais volume quantitativo do que valor qualitativo. Predominam nos trabalhos o enfoque impressionista, as narrativas simplesmente descritivas, o emprego de métodos empíricos acientíficos e a falta de uma visão global.

Além disso, o esforço de compreensão e interpretação da Amazônia tem sido assistemático e estanque: não há uma visão cumulativa do processo histórico da região. Quem esquece sobre os problemas atuais esquece a bibliografia existente ou, no caso de pesquisas de campo, tangencia os fatos anteriores do lugar que estuda.

Resta assim, quase sempre, uma visão parcelada desse processo e, em decorrência, o mundo amazônico não é conectado ao mundo nacional ou ao contexto universal, no qual se situa como fornecedor de matérias primas e consumidor de manufaturados (tanto nas relações inter-regionais quanto internacionais). A região caminha de acordo com um ritmo (pode-se ler modelo) que lhe tem sido imposto, que não decorre de uma vocação sua particular, específica, amazônica. Servem-se mais da região do que a servem.

A bibliografia amazônica que começo a publicar não é, como gostaria que fosse, comentada, analítica e crítica. Ou só o será em parte, em alguns casos. Essa deficiência decorre de uma série de fatores: a contingência de um didatismo que permita em seguida a discussão das ideias; o desconhecimento quase absoluto que, em regra existe entre os próprios moradores da região; a necessidade de primeiro indicar a bibliografia necessário ao debate para só depois travá-lo; os aspectos incidentais da minha própria reflexão sobre a bibliografia amazônica, e as limitações pessoais e de contexto, que limitam a provocação da controvérsia.

De qualquer maneira, espero que as indicações que serão feitas tenham alguma utilidade, especialmente para os estudantes, aos quais é dedicado e dirigido este reduzido esforço de indicação.

OS MAIS IMPORTANTES

É muito difícil, diante da vasta e irregular bibliografia sobre a Amazônia, escolher os livros mais importantes segundo um critério exclusivamente objetivo. Renego as listas, pela sua natural faciosidade e subjetivismo, mas concordo em que se deve selecionar as obras básicas à compreensão do universo como um tema coerente e global.

Pode-se dividir a bibliografia amazônica com a sua temática mais ou menos unificada: a ficção, os ensaios de interpretação, os trabalhos sobre folclore, as narrativas de viagem, os estudos históricos, geográficos, econômicos, sociológicos e antropológicos.

FICÇÃO

A ficção, apesar de não bem servida, tem alguns trabalhos que, a partir de uma inspiração regionalista, ultrapassaram as barreiras que os limitam. Sem dúvida, dois dos mais importantes romances amazônicos são *A Selva*, de Ferreira de Castro, e *La Voragine*, de Eustáquio Rivera. Incrível: ele nunca foi traduzido do espanhol para o português [*já foi*], é pouco conhecido por aqui, mas sua popularidade é enorme na Colômbia, Venezuela, Peru e Equador. O destaque a esses dois livros se deve não tanto aos seus valores literários (de qualquer maneira, muito expressivos), mas, sobretudo, ao pioneirismo das suas temáticas.

No mesmo nível, mas de maior importância literária, há todo o ciclo de Dalcídio Jurandir, especialmente *Marajó* e *Belém do Grão-Pará*. E mais: *Dos ditos passados nos acercados do Cassianã* e *Chuva Branca*, de Paulo Jacob; *O Missionário* e *O coronel Sangrado, de Inglês de Sousa*; Verde vagomundo, *de Benedicto Monteiro*; e – apesar de já estilisticamente desinteressante – *Inferno Verde,* de Alberto Rangel.

Há ainda outros romances, como *Beiradão*, de Álvaro Maia; *O mirante do Baixo-Amazonas*, de Raimundo de Moraes, romance e contos de Gastão Cruls e Peregrino Júnior.

Na poesia, há um raquitismo maior. O mais importante livro de

poesias sobre a Amazônia ainda é *Cobra Norato*, do gaúcho Raul Bopp. Há experimentações fragmentárias, embora algumas delas muito boas. Os que melhor se têm saído são Elson de Farias e Max Martins. Os outros poetas só incidentalmente trabalham na região ou sobre ela. Suas temáticas são mais universais.

PROSA

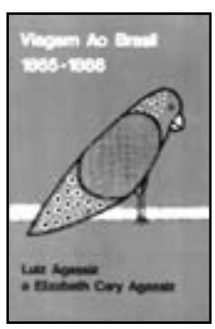
Segue-se uma lista de trabalhos em prosa úteis ou indispensáveis a uma melhor compreensão da questão amazônica atual: *Amazônia (a terra e o homem)*, de Araújo Lima; *A Amazônia e a cobiça internacional*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *O rio comanda a vida*, de Leandro Tocantins; *Problemática da Amazônia*, de vários autores; *A desnacionalização da Amazônia* e *Transamazônica: prós e contras*, de Osny Duarte Pereira; *A luta pela Amazônia*, de Luís Osíris da Silva; *A Amazônia e o petróleo*, de Romeu Cabral; *A borracha*, de Sílvio Braga; *Estrutura geo-social e econômica da Amazônia*, de Samuel Benchimol; *A Amazônia no ano 2000*, de Armando Mendes; *A Amazônia em novas dimensões*, de Cosme Ferreira Filho; *Desenvolvimento econômico da Amazônia, estudo preparado pelo Banco da Amazônia; Porque perdemos a batalha da borracha*, de Cosme Ferreira Filho; *Frentes de expansão e estrutura agrária*, de Otávio Guilherme Velho; *Colonização dirigida no Brasil: suas possibilidades na Amazônia*, de vários autores do Ipea.

OBRAS HISTÓRICAS: *Os motins políticos*, de Domingos Antônio Raiol; *A política de Portugal no vale amazônico* e *A Amazônia que os portugueses revelaram*, de Arthur Cezar Ferreira Reis; *História do rio Amazonas*, de Santa Rosa; *Formação histórica do Acre* e *Natureza, homem e tempo*, de Leandro Tocantins; *Plácido de Castro*, de Cláudio de Araújo Lima; *O negro no Pará*, de Vicente Salles; *História do Pará* e *A Cabanagem*, de Ernesto Cruz; *O vale do Amazonas*, de Tavares Bastos; *A liberdade de navegação do Amazonas*, de Fernando Saboia de Medeiros; *A Amazônia para os negros americanos*, de Nícia Vilela Luz; *O Estado do Pará: seu comércio e suas indústrias*, de Luís Cordeiro; *Estudos amazônicos*, de José Veríssimo; as obras completas de Manuel Barata; *Alguns elementos para o estudo do negro na Amazônia*, de Anaíza Vergolino; *O tesouro descoberto do rio Amazonas*, do padre João Daniel; *Visitas pastorais*, do frei João da Silva José Queiroz; *Peru versus Bolívia* e *Contrastes e confrontos*, de Euclides da Cunha; *Compêndio das eras na província do Pará*, de Antônio Ladislau Monteiro Baena; *Pasion y crónicas del Amazonas*, de E. Rodrigues Fabregat; *Descobrimiento del Amazonas*, do padre Cristobal de Acuña; *A Cabanagem*, de Jorge Hurley; *A instrução e as províncias* (1º volume), de Moacyr Primitivo, e *A Amazônia na era pombalina*, de Marcos Carneiro de Mendonça.

ESTUDOS ANTROPOLÓGICOS: *Rondônia*, de Roquette Pinto; *Uma comunidade amazônica*, de Charles Wagley; *Os Tapajó*, de Curt Nimuendaju; *Índios e castanheiros*, de Roberto da Mata e Roque La Raia; *Áreas de fricção interétnica na Amazônia*, de Roberto Cardoso de Oliveira; *Moronguêtá*, de Nunes Pereira; *Santos e visagens*, de Eduardo Galvão; *Índios e brasileiros no vale do Tapajós*, e Las Casas, e *Cerâmica tapajó*, de Helen Palmatary.

Estudos geográficos: *Amazônia: conceito e paisagem*, de Eidorfe Moreira; *As regiões amazônicas*, do barão de Marajó; *A Amazônia brasileira* e *O Pará*, de Paul Le Cointe; *Bacia amazônica*, de Agnello Bittencourt; *Amazônia brasileira*, obra coletiva do Conselho Nacional de Geografia; *Amazônia*, de Lúcio de Castro Soares; *Desenvolvimento florestal do vale do Amazonas*, de vários autores; *Belém – estudo de geografia humana*, de Antônio da Rocha Penteado, e *Colonização no Pará*, de Ernesto Cruz.

LIVROS DE VIAGEM: *Viagem ao Brasil*, de Louis Agassiz; *O naturalista do rio Amazonas*, de Walter Bates; *Viagens pelo rio Negro e Amazonas*; de Alfred Wallace; *Viagem pelo Brasil*, de Spix e Martius; *Viagem pelo Norte do brasil*, de Avé Lallemant; *Viagem ao Tapajós*, de Henri Coudreau; *A Amazônia que eu vi*, de Gastão Cruls; *Viagem filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira; *Reminiscências de viagens e permanências no Brasil*, de Daniel P. Kidder.



Não estão incluídos nesta bibliografia básica alguns artigos muito importantes publicados esparsamente, como os de Catharina Vergolino Dias, Orlando Valverde, Roberto Santos e outros. Mas serão fichados na bibliografia que começarei a publicar a partir da próxima semana. As muitas injustiças cometidas deverão ser corrigidas no desenvolvimento do próprio trabalho. Mas serão bem recebidos os reparos que puderem ser feitos.

memória do COTIDIANO

CAMISA

Nos bons tempos do amadorismo, que não voltam mais, o time de futebol do Clube do Remo começou 1953 com o seguinte ataque: Hermínio, Quiba, Modesto, Jaime e Marido. Sessenta estava fora. A camisa era de algodão grosseiro, sem bossa. Podia ser molhada à vontade pelos que com ela se identificavam, suando para vencer uma partida.

FÚRIA

A Casa Inglesa era, em 1953, um "estabelecimento de bebidas finas, fumos das melhores marcas, perfumarias, miudezas, café, leite, coalhadas e queijos". Estabelecida na avenida Castilhos França, era "o ponto predileto da fúria boêmia", por seu "asseio, ordem e moralidade".

Diferente, não há dúvida, era a "fúria boêmia" de meio século atrás na cidade das mangueiras. Aos nossos dias se apresentaria como angelical.

HÁBITO

Em dezembro de 1953, os Armazéns de Estivas, de Lima Irmão & Cia, estabelecidos à rua 15 de Novembro, anunciavam uma "alvissareira notícia":

"Podemos afirmar aos nossos clientes que pelo navio 'Cuthbert', a entrar neste porto até o fim do ano, receberemos a maior partida do famoso leite 'MOLLI', assegurando permanente estoque até maio do próximo ano".

Graças às vacarias funcionando precariamente na cidade, Belém consolidou o hábito de preferir o leite em pó ao *in natura*. Hábito que ainda se mantém.

ATENTADO

O cardápio da "Barraca de Nossa Senhora de Nazaré" em 25 de outubro de 1957, patrocinado pelos SNAPP (os Serviços de Navegação e Administração dos Portos do Pará, antecessor da Enasa e da CDP atuais), lido da perspectiva de hoje, era um autêntico (mas também delicioso, não há como negar) atentado ecológico.

Oferecia casquinho de muçuã, "tartaruga à amazonense", sarapatel de tartaruga e picadinho de tartaruga ao mesmo preço (80 cruzeiros) de um prosaico peru à brasileira.

Que tentação!

META

O programa "Nova Iorque é o fim", transmitido semanalmente pela Rádio Clube do Pará, com o patrocínio de SM Publicidade (da qual a Mendes Publicidade derivou), era o *su* em 1957, antes de a televisão inocular sua presença. No programa de 17 de outubro, Ronald Araújo de Andrade acertou as três perguntas sobre a vida de Abraham Lincoln, o tema do programa, garantindo seu prêmio: uma viagem a Manaus.

Aloysio Chaves, que era então diretor da Carteira Hipotecária da Caixa Econômica Federal do Pará, também deu conta das suas três perguntas.

O último candidato foi o jovem Sebastião Saldanha, "que, demonstrando memória privilegiada, venceu a etapa que lhe garantia uma viagem até o Rio de Janeiro, dizendo aos ouvintes que seguiria, pois seu objetivo é Nova Iorque".

AVIAÇÃO

Moça que em 1957 tivesse 18 anos, fosse brasileira, elegante, graciosa, desembaraçada, atenciosa, tivesse "nível de cultura elevado" e gostasse de aviação, podia se candidatar a uma vaga de comissária de bordo, que a Paraense Transportes Aéreos oferecia.

A "primeira empresa de aviação do Estado" disponibilizava naquele ano "às jovens de nossa terra", uma "invulgar oportunidade" mesmo. A candidata escolhida iria servir na linha Belém-Rio-Belém, "após um breve período de instrução e adaptação".

A PTA voou em nome do Pará por duas décadas, até que um acidente nas águas da baía do Guajará, a poucos metros do aeroporto de Belém, pretextou ao governo federal extingui-la.

FRANCESA

Em outubro de 1957, os sócios das Amizades Franco-Brasileiras, sob a presidência de Machado Coelho, se reuniram, juntamente com franceses radicados na cidade, alunos e professores, na sede da Aliança Francesa, para ouvir a escritora Lindanor Celina relatar a viagem que fez à Europa, centrada em Paris.

PROPAGANDA

Os calouros no auditório

A TV Marajoara tinha apenas um ano, em 1962, quando adotou a fórmula do programa de auditório de maior sucesso na época: o concurso de calouros. A Rádio Marajoara retransmitia o espetáculo, que começava às nove e meia da noite no grande auditório, na praça de Nazaré (substituído por um prédio de apartamentos). Patrocínio da Radiolux, no seu 11º ano.

Durante meia hora ela deliciou os convidados, não só com suas observações, sempre espirituosas, mas também com seu francês fluente. Nem é preciso frisar que a palestra foi feita na língua de Voltaire e Racine.

Lindanor, que já era conhecida por seus dons em prosa e verso, revelou nesse dia "mais uma faceta de sua personalidade literária, desta vez como oradora", conforme o registro jornalístico.

Lindanor, conforme estava escrito nas estrelas, morou por muitos anos ao redor da capital francesa, onde morreu.

ACADÊMICOS

A diretoria da UAP (União Acadêmica Paraense) empossada em 1957 tinha Dhelio Guilhon como presidente, Carlos Mendonça como 1º vice e Nelson Nassar 2º vice. João Luiz Araújo era secretário-geral; Murilo Ferreira, 1º secretário; Lucy Lúcia Mártires, 2ª secretária; Antônio Itayguara Santos, 1º tesoureiro; João Batista Leite, 2º tesoureiro; Lucentina Rosa, bibliotecária, e Cordeiro de Melo, orador.

Eles faziam parte do Movimento Deontológico Universitário (o MDU), que venceu a chapa da Renovação Universitária, até então dirigindo a UAP. Alguns pontos da plataforma dos vitoriosos: reabertura do restaurante universitário, amparo decisivo à Casa do Estudante e entrosamento perfeito com os diretórios.

LIVROS

A Dom Quixote foi uma livraria instalada por Haroldo Maranhão na galeria do Cine Palácio, com entrada pela rua Ó de Almeida, espaço acanhado mas aproveitado com inteligência e conhecimento de causa, tendo a melhor relação livro por metro quadrado que já houve na cidade.

O primeiro lançamento de livro foi no último dia de 1959, quando o cônego Ápio Campos autografou seu livro de contos, *Olhos dentro da noite*, premiado pela Academia Paraense de Letras em concurso literário.

Compareceram à concorrida tarde de autógrafos: Abelardo Condurú, Aloysio Chaves, Georgenor Franco, Levy Hall de Moura, Eldonor Lima, Aláudio Melo, Cláudio Barradas, Pedro Tupinambá, Jocelin Brasil, Ruy Barata, Maria Brígido e o desembargador Cursino Silva, dentre outros.

Na primeira semana de 1960, os 10 livros mais vendidos na Livraria Dom Quixote foram:

O drama da descoberta do petróleo brasileiro – Edson de Carvalho

Você gosta de Brahms... (romance) – Françoise Sagan

Todos os homens são mortais (romance – Simone de Beauvoir)

Discos voadores – Edward J. Ruppelt

Assunto pessoal (romance) – Somerset Maugham

Olhos dentro da noite (contos) – Ápio Campos

A cartuxa de Parma (romance) – Stendhal

A mulher diante da vida e do amor – Marion Hilliard

Luz e sombra (romance) – Sra. Leandro Dupré

Machado de Assis e o hipopótamo – Gondin da Fonseca

MALOCA

A Maloca era uma boate, o *point* de Belém entre o final da década de 1950 e o início dos anos 60. Imitando uma habitação indígena, era frequentada por todos, que iam à Praça da República para dançar, jantar ou se exibir. Criação imortal de Hamilton Moreira.

No último dia de 1959 foram à "Maloca", "saborear os nossos pratos regionais", segundo a anotação da casa, "Dr. Ferro Costa e família; Dr. Egídio Sales e esposa, Sr. Manoel Rola e esposa, Dr. Alceu Coqueiro e esposa, Vereador Isaac Soares, Dr. Flávio Moreira e esposa, Jornalista Nilo Franco e família, senhorinha Terezinha Bastos, miss R. G. do Norte, Dr. José Carlos e esposa, Dr. Evandro Bona e esposa, e outras pessoas, tendo mais saída o Pato no tucupi e o pirarucu à moda".

No primeiro dia do ano a sugestão do *chef* era tartaruga à moda. O governador, que era Aurélio do Carmo, deveria estar presente.

COMEMORAÇÃO

A Cimaq, a Companhia Paraense de Máquinas, participou das comemorações pelos 350 anos de Belém, em 1966, talvez as mais intensas da segunda metade do século passado (que só terminou ontem). Belém estaria alcançando então "o seu mais alto índice de progresso", uma "obra grandiosa dos que acreditam em nossa Cidade das Mangueiras".

IMPOSTO

A ameaça era a de sempre: quem pagasse o IPTU fora de prazo, seria onerado com multa. Mas, em 1970, como hoje, a falta de uma definição clara e de consequência nas palavras só fez lançar esse imposto no descrédito. Pouca gente paga. E quem paga é maltratado. Uma nova emissão do IPTU está nas ruas. Desta vez, para valer – e sem sinuosidades? Com justiça?

FOTOGRAFIA

Belém nas suas origens

Quando Belém completou 350 anos, as comemorações foram iniciadas pela apresentação das obras de proteção realizadas no ponto de origem da cidade, o forte do Castelo, então sob o domínio do Comando Militar da Amazônia. Todas as autoridades estiveram presentes naquele local, hoje inteiramente modificado para voltar às suas origens, por iniciativa do secretário estadual de Cultura, Paulo Chaves Fernandes. Como repórter, apareço no canto, à esquerda do bloco de autoridades, como o governador Alacid Nunes e o prefeito Stélio Maroja.

cart@

Corrupção brasileira

O **Jornal Pessoal** n. 636, de julho de 2017 traz três matérias sobre um assunto que sempre esteve na vanguarda dos costumes políticos brasileiros: a corrupção. Porém, quem conhece a evolução dessa praga no contexto nacional, não pode admitir que ela tenha criada sustância e, finalmente, progredido numa sistematização, a partir dos períodos governados pelo Partido dos Trabalhadores, como costuma ser pregado pela grande imprensa. Também ela nunca funcionou na base apenas de troca de favores entre políticos e empresários como "liberdade espontânea", sem maiores interferências. Ela sempre foi compulsória de ambos os lados: propina e interferência de políticos nos assuntos de seus interesses na esfera governamental.

Foi assim, para não ir muito longe, a partir dos partidos Liberais e Conservadores; no tempo da execrável UDN, PSD et caterva; PSDB, PMDB, PT e outros, ultimamente. O desejo de se manter no poder é natural, pois os partidos são formados por serem humanos e conspira-se por meios desonestos para alcançar esse desiderato, mediante a colocação de elementos de seus quadros nos pontos chaves da economia e daí formar um ambiente favorável a esta expectativa. Essa estória sobre o patrimonialismo e aparelhamento das empresas estatais, em proveito do partido e a ideia de um PARTIDO ÚNICO, vir a assumir o comando do país, foi obra da prodigiosa imaginação do ministro do STF, o decano Celso de Mello, por ocasião do julgamento da Ação Penal 470, quando anunciou com certa contundência e "irresponsabilidade institucional": "Esses delinquentes ultrajaram a República. É o maior escândalo da história. O que vejo nesse processo são homens que desconhecem a República – o objetivo dos acusados era dominar o sistema político brasileiro, de forma inconstitucional".

Claro, além dos impropérios nada republicanos ele assevera ainda, como já citamos antes, que o Partido dos Trabalhadores tinha como objetivo final montar uma ditadura no território brasileiro. A coisa "pegou" e hoje a turma de Curitiba e demais instâncias judiciais pregam a mesma cantilena. Porém, o mais interessante de toda esta celeuma é que o decano acabou virando a casaca, e foi um dos principais defensores da aceitação dos "embargos infringentes", que viria beneficiar vários dos 38 acusados. Também não "houve inovação" na corrupção empresarial e nem ela cresceu "sob o governo do PT", como já foi dito.

Os recursos do BNDES (antes não tinha o S), sempre foram usados para financiar as grandes empresas nos projetos de investimentos de longo prazo. Por que não se faz um rastreamento para conhecer os cofres das empresas em que foram parar o dinheiro do Banco, nos governos anteriores ao PT? O BNDES não usa só os recursos do trabalhador brasileiro, como FAT e FGTS, também utiliza fundos diversos como FMM, FGI, FGG, FUNTELL, etc. Trabalha com captação interna e externa, com Agências Governamentais e Institucionais. Hoje, a sua maior fonte de verbas vem do retorno do capital emprestado, cerca de 70% do montante disponível. Como se vê não é bem como discorre a matéria do JP, sob enfoque.

A imprensa está informando que haverá mudança nos encargos cobrados (TLP – Taxa de Longo Prazo), pelos empréstimos a serem concedidos. Pretende-se usar juros de mercado nos financiamentos do setor produtivo. Comenta-se que a inovação será uma forma de impedir o favorecimento de determinadas empresas com o dinheiro público. Ninguém investe com encargos extorsivos como os do mercado brasileiro.

O certo é que o país vem atravessando uma das suas piores fases, se não a mais difícil e crítica de sua trajetória desde o Império. Chegou-se ao extremo de ser governado por grupos que escancararam as suas habilidades de malfeitores. Agem de má fé com as suas atribuições legislativas, ou seja, a apreciação e votação de matérias só mediante o envolvimento de favores, os mais diversos. Nada é discutido e votado que não seja expresso interesses particularíssimo, para servir de moeda de troca com grupos empresariais, deixando de fazer opções pelas necessidades do Estado em favor da população. Esse mecanismo perverso enfraqueceu as instituições públicas e favoreceu indivíduos e grupos privados que se assenhorearam do poder, juntamente com as corporações criadas nos setores principais da administração pública, sobressaindo-se o poder judiciário.

O STF cuja função precípua é guardar a Carta Magna e assegurar a aplicação de seus princípios (Art. 102) perdeu-se num labirinto de litigâncias internas e externas do seu principal ofício, denunciando um ambiente de desorganização que não consegue ajudar na recomposição do controle das instituições em favor da população em geral. O resultado desta mixórdia é que uma súcia de velhacos assaltou o poder e está usufruindo dos benefícios da República, e os cidadãos para os quais ela foi idealizada detêm-se aparvalhados ante a voragem desses cleptomaníacos, sem esboçar sequer um ato de revolta.

É preciso que a sociedade civil se mobilize a fim de tirar o povo dessa inércia e lhe acordar os brios tão decantados da nossa nacionalidade, hoje "vencida e espoliada, que é preciso redimir e reabilitar". De outra feita, poder-se-ia conclamar os subjugados a recitar e acreditar nos versos (atualíssimos), de Castro Alves, quando defendeu intransigentemente a liberdade da raça negra: "Lá onde todos são felizes, Todos dançam no terreiro. A gente lá não se vende, Como aqui só por dinheiro."

Rodolfo Lisboa Cerveira

Jornal Pessoal

Editor: Lúcio Flávio Pinto

Contato: Rua Aristides Lobo, 871 - Belém/PA • **CEP:** 66.053-030 • **Fone:** (091) 3241-7626 • **E-mail:** lfpjor@uol.com.br • **Site:** www.jornalpessoal.com.br

Blog: http://lucioflaviopinto.wordpress.com • **Diagramação/ilustração:** Luiz Antonio de Faria Pinto (Luizpê) • luizpe54@hotmail.com

O presidente estranho e o banco fechado

O atual presidente do BNDES, Paulo Rabello de Castro, no cargo há menos de quatro meses, é o oposto da sua antecessora, Maria Silvia Bastos, que pediu demissão no fim de maio. Ela agia com discrição e serenidade. Seu sucessor é polêmico e espalhafatoso. Ou é isso porque atrai controvérsias e as cultiva.

Mal começou no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e já atraiu uma controvérsia. A Operação Lava-Jato ficou sabendo que ele recebeu dinheiro do empresário Bruno Luz, em 2013. A transação foi declarada ao imposto de renda pelo lobista-menor, filho do lobista maior, o paraense-carioca Jorge Luz, ambos presos pela Polícia Federal, desde 24 de fevereiro, por participação no esquema de corrupção na Petrobrás. Seriam os intermediários das propinas destinadas ao PMDB, tendo o senador Jader Barbalho como um dos destinatários.

Um relatório da Receita informou que Bruno Luz, casado com uma filha de Rabello de Castro, quitou uma dívida com o sogro que, embora sem valor especificado, seria de 700 mil reais. Rabello de Castro deu uma vaga explicação para o fato, quando questionado: "Pode ter acontecido que em um determinado momento eu emprestei dinheiro para a minha filha comprar um carro ou alguma coisa assim. Coisa que qualquer pai faz para uma filha". O dinheiro apareceu na declaração de Bruno porque ele e a mulher devem fazê-la em conjunto, ele ressarcindo o empréstimo do sogro à sua filha.

E ficou por isso mesmo.

Mas não Rabello de Castro. Na semana passada ele foi ano Senado conversar sobre a CPI instalada no início do mês para investigar empréstimos internacionais do banco nos últimos 20 anos. Fora da agenda oficial, Rabello de Castro abordou, nos corredores do Congresso, senadores do PSDB com pedidos de apoio.

A reportagem do jornal O Estado de S. Paulo presenciou um encontro da comitiva de Rabello com o senador mineiro Aécio Neves presidente licenciado do PSDB. "Rabello e seus assessores cumprimentaram o senador e tiraram fotos com ele. A conversa durou menos de três minutos. Falaram sobre a JBS, cuja delação dos executivos gerou um pedido de prisão do senador, e também sobre a CPI", relatou o repórter.

Rabello disse que a comissão "é uma maluquice" e pediu que Aécio interviesse na composição do colegiado. O senador afirmou que, por formação, não se envolve em CPIs. "Eu escalei o Paulo Bauer para pedir ao (José) Serra. 'Vocês não participam de comissão. Quem sabe vocês dois...' Vocês deveriam chamar alguém do PSDB para tomar conta", disse Rabello a Aécio, segundo ainda o jornal paulista.

Líder do PSDB, o senador catarinense Paulo Bauer disse que o presidente do banco pediu que ele indicasse para a vaga deixada por Ricardo Ferraço (do Espírito Santo), que saiu da comissão, um senador que acompanhasse os trabalhos do início ao fim. Bauer afirmou que ainda não sabe quem indicará.

Segundo o líder da bancada tucana, Rabello defendeu os empréstimos do BNDES, mesmo em gestões anteriores, e reclamou de ter que atender aos pedidos da CPI. "Pelo que ele me disse, não tem nenhuma ação do banco que não tenha sido feita dentro da legalidade. Ele disse que existem muitos conceitos equivocados sobre as operações do BNDES", afirmou o senador. Procurado, Serra disse não ter conversado com Rabello.

Abordado pela reportagem, o presidente do BNDES demonstrou irritação ao ser questionado sobre o motivo dos encontros. Segundo ele, não há nenhuma tentativa de poupar o banco. "Essa é uma CPI que tem por obrigação esclarecer tudo. E o presidente do BNDES é o primeiro colaborador do esclarecimento total das coisas", disse. "Eu faço questão de não ser poupado. É uma posição contrária do que parece. Não estou defendendo o banco, eu aqui só estou esclarecendo".

Em outra abordagem, o presidente do banco estatal pediu apoio, ao sair do elevador privativo, ao vice-presidente do Senado, o tucano Cássio Cunha Lima (da Paraíba).

Oficialmente, constava da agenda do presidente do BNDES apenas encontros com os senadores Davi Alcolumbre (DEM-AP), presidente da CPI, e Roberto Rocha (PSB-MA), relator e autor do pedido de criação da comissão. Os dois confirmaram a reunião.

Segundo Alcolumbre, Rabello pediu a ele que "o nome da instituição não seja alvo de denúncias sem fundamento". "Ele quer que as apurações aconteçam de forma transparente".

Já Rocha afirmou que tranquilizou o presidente do BNDES sobre os métodos de trabalho da CPI e que Rabello, por sua vez, colocou toda a estrutura do banco à disposição. "Eu disse que não tenho nenhum interesse de expor ou prejudicar a imagem da instituição BNDES. Jamais vou ter como alvo a empresa. O Rabello me disse: 'Fico muito feliz de ouvir isso, porque isso é uma tranquilidade para o mercado'", afirmou Rocha.

Lembrou o repórter que essa não foi a primeira vez que Rabello procurou parlamentares para "blindar" o banco em uma CPI. Em junho, logo que assumiu, ele os procurou "para evitar que funcionários fossem chamados para depor na comissão mista da JBS, ainda não instalada".

Maria Silvia Bastos Marques provavelmente não faria o que Rabello de Castro fez. Ela esperaria a convocação para depor e falaria o que soubesse sobre as operações do BNDES. Talvez tenha sido por isso que acabou se sentindo obrigada a renunciar. O banco dos ricos com dinheiro dos pobres deverá continuar a ser o que sempre foi: um caixa generoso pelo uso de caixa preta.

O tráfico em alta

A maior parte das execuções de morte têm por causa o tráfico de drogas na região metropolitana de Belém e no interior do Pará, segundo os registros oficiais. A quantidade desses homicídios atestaria, assim, a gravidade do problema. Sua avaliação isenta, a partir de uma análise externa, é dificultada porque não há instituições públicas independentes acompanhando sistematicamente a criminalidade, apesar da sua presença assustadora no cotidiano dos cidadãos. Resta prestar atenção ao dia a dia do trabalho policial e do seu eco no noticiário da imprensa.

No dia 12, a polícia prendeu uma quadrilha de oito pessoas, em poder da qual havia 134 quilos de cocaína e 14 de skank, também conhecida como a supermaconha por seu potencial maior. A interceptação policial aconteceu no meio de uma transferência de droga em Abaetetuba, que iria para Pernambuco e seria levada em mãos por dois traficantes que vieram ao Pará com a missão de recebê-la. O comércio nacional pelo baixo Tocantins, portanto, vai bem.

Em julho a polícia já tinha feito a maior apreensão de cocaína no Estado em cinco anos. Foram 270 quilos, que um grupo de cinco traficantes recebera da Colômbia.

O sucesso do negócio aumenta o poder de compra dessas quadrilhas. Elas passam a usar armas de grosso calibre, lanchas e dispõem de um efetivo maior. Indicadores de um futuro pior do que o presente.

A crueldade virtual

A mãe flagra um homem praticando atos libidinosos no seu filho de três anos, em cima da cama, dentro da sua casa. Sua reação: pegar o aparelho celular e filmar a tentativa de estupro até que se configure o crime, que irá em seguida relatar o fato na central de flagrantes da polícia, na Cidade Nova, em Ananindeua, no dia 17. O estuprador na forma da lei (mesmo sem ter havido penetração) já tinha antecedentes, que o davam por pedófilo. É professor. Mesmo assim, seu nome não foi divulgado.

A que ponto chega o isolamento das pessoas no mundo virtual, que se sobrepõe ao mundo real mesmo numa situação de extremo perigo e grave ameaça como esta. Até uma mãe sujeita o seu instinto em defesa do filho para caracterizar o crime, atacando o agressor sem dar a devida proteção ao agredido.

O mundo surrealista e cruel da instantaneidade virtual alterando a natureza da realidade factual.

Delfim dixit

A delação da JBS foi uma tragédia, diz o ex-ministro Delfim Netto. Até Joesley Batista entregar a gravação da sua conversa com o presidente Michel Temer no palácio do Jaburu, em Brasília, "a verdade é que as coisas caminhavam relativamente bem", define o homem mais forte na economia brasileira durante o regime militar, num dos seus artigos na *Folha de S. Paulo*.

Mas ele ainda tem otimismo: "O sistema resistiu bem e a Câmara dos Deputados cumpriu o seu papel", de dar a Temer "apenas a oportunidade de tentar aprovar as 'reformas'. Essa foi, mesmo, a menos pior das soluções", sentencia Delfim, cada vez mais cínico e oportunista no uso da sua sabedoria.

Nos ônibus

Ele parece mais um dos muitos vendedores que sobem nos ônibus para fazer seu comércio entre os passageiros. Só que a quantidade de balas em poder desse vendedor, forte e cheio de tatuagens, é pequena. Ele faz o seu pregão com voz grave e olhar duro. O que mais assusta, porém, está no seu pé. Ele usa uma tornozeleira eletrônica.

Não dá para saber se o aparelho está funcionando ou não. O impossível é não vê-lo. Um passageiro desceu logo. Outros contribuíram sem querer o produto. E o homem saiu com sua renda.

O comércio sobre rodas coletivas se tornou um problema de segurança pública.